

V-DEM

Tiago Fernandes
Staffan Lindberg
**Era digital fomenta
corrupção**



PEDRO TEIXEIRA

Tiago Fernandes

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Florença e lecciona na Universidade Nova de Lisboa. É coordenador do V-Dem para a Europa do Sul e tem obra publicada nas áreas da democratização, sociedade civil e revoluções.

Staffan I. Lindberg

Nascido em 1969, é um cientista político sueco. Actualmente dirige o V-Dem Institute, na Universidade de Gotemburgo. É professor de Ciência Política

Staffan I. Lindberg é o principal responsável do Varieties of Democracy (V-Dem) Institute, uma organização com base na Suécia e investigadores em três continentes, dedicada a estudar a democracia e contribuir para a sua melhoria. Tiago Fernandes dirige o projecto em Portugal e, por iniciativa da XXI, conversou em Lisboa com o fundador

Tiago Fernandes: Alguns dos temas explorados pelo V-Dem Institute vieram colocar em causa verdades estabelecidas sobre a democracia. Uma delas, fundamental, é que o desenvolvimento económico conduz à democracia

Staffan Lindberg: Algumas pesquisas recentes, anteriores às pesquisas do V-Dem, referiam que o desenvolvimento económico não era causa directa da democratização, mas constatavam que os países democráticos são mais desenvolvidos economicamente e, por isso, mais avessos a regressar a sistemas autoritários. Ou seja, o desenvolvimento económico protege a democracia. Com os dados disponibilizados pelo V-Dem podemos analisar as várias facetas da democracia e não apenas a democracia de um modo global. Um dado robusto que podemos demonstrar é que a relação entre desenvolvimento e democracia é de direcção inversa. Eleições livres e transparentes, por exemplo,

criam um ambiente propício ao desenvolvimento económico. Ou seja, a democracia não é apenas positiva de um ponto de vista político, mas tem efeitos positivos no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas. Nem todas as componentes da democracia têm esse efeito. Por exemplo, os aspectos mais liberais da democracia – o primado da lei, a transparência, as liberdades civis – não têm qualquer relação com o desenvolvimento económico. A realização de eleições livres e justas, e logo o decréscimo da tensão e da violência, isso, sim, potencia o desenvolvimento económico. Através das eleições, as pessoas escolhem aqueles que lhes propiciam maior desenvolvimento económico – e isso reflecte-se em dinheiro no bolso. Se os que são eleitos não criam riqueza, as pessoas escolhem outros. Dessa forma, criam-se incentivos para que as elites políticas gerem desenvolvimento económico. Nos casos em que o poder é mantido de forma

autoritária – como vemos na Turquia, ou na Rússia, por exemplo –, quebra-se essa relação de accountability (responsabilização) e, mesmo que se realizem eleições, se elas não forem livres e justas, não é expectável que exista um reflexo no desenvolvimento económico.

Assistimos também a esse fenómeno no sul da Europa, em que países muito desenvolvidos economicamente, como a Itália, têm vindo a revelar alguma declínio, precisamente devido ao facto de as eleições terem perdido esse carácter de transparência. Noutros países, como Portugal, Espanha ou Grécia, será que o facto de se assistir a uma transferência de poder para Bruxelas cria a sensação de que as eleições são menos livres? E que isso afecta o desenvolvimento económico desses países?

Esse ponto é muito importante. Assistimos, de facto, ao enfraquecimento da relação entre

a existência de eleições livres e o real poder dos eleitos. Por outro lado, as eleições a nível europeu – para o Parlamento – apesar de serem livres e transparentes, são vistas como ineficazes, porque os eleitos não têm poder para decidir o quotidiano das pessoas.

Outro aspecto das nossas investigações prende-se com a mortalidade infantil. Em muitos países, a taxa de mortalidade infantil já não é um problema, mas em muitos outros ainda o é. E, mais uma vez, a existência de eleições livres e justas tem uma influência enorme nas taxas de mortalidade infantil. Quanto mais livres são as eleições, ao longo do tempo, mais baixa é essa taxa. Pelo contrário, se o poder se mantém através de artifícios autoritários, não há necessidade de trabalhar para fazer baixar essas taxas, ou para melhorar os sistemas de saúde, dos quais aquela taxa é uma dos indicadores mais consistentes.

E sobre a relação entre os direitos das mulheres e a democracia, qual o contributo do V-Dem?

A narrativa implícita que temos tido é: primeiro temos a democracia e depois as mulheres podem organizar-se para ganhar os seus direitos. Os nossos dados apontam para que a relação é a inversa. Nos dados que recolhemos, há muito poucos casos, mesmo muito poucos, em que houve uma transição bem-sucedida para democracia, tendo as mulheres poucos direitos cívicos. Veja-se o exemplo da Primavera árabe,

em que o único país em que a democracia sobreviveu foi a Tunísia, precisamente aquele em que as mulheres já tinham um nível decente de direitos, liberdade de expressão, de movimentos, o direito à propriedade.

Na Europa do Sul, Portugal, a par da França, é um dos países em que as mulheres têm uma maior integração no mercado de trabalho, ao contrário do que acontece, por exemplo, em Espanha ou na Itália. Isso deve-se, segundo algumas teorias, ao facto de termos baixos níveis salariais, mas outras teorias relacionam esse facto com a conquista de poder pelas mulheres com a transição para a democracia e que esse aspecto teve, ele próprio, impacto positivo na democracia portuguesa.

Isso é muito importante para as mulheres, mas o impacto é bem mais vasto. Uma pessoa que não tem o seu próprio rendimento não é uma pessoa livre. Há até citações bíblicas sobre o assunto... O sistema feudal, por exemplo, assenta na dependência baseada no dinheiro.

Nas últimas décadas, na Europa do Sul e, em especial, em Portugal, assistimos à entrada das mulheres na política, seja no Parlamento, seja nos governos. Mas muitas pessoas manifestam reservas sobre o real poder de representação dessas mulheres. Será que elas representam os interesses das próprias mulheres?

Não existe uma relação directa entre a presença de mulheres em

lugares políticos e o poder das mulheres. As mulheres podem estar em lugares políticos, mas esses podem ser os lugares menos importantes do ponto de vista da decisão, pelo que é difícil tirar ilações. Por outro lado, todos os dados existentes apontam para que os temas que mais interessam às mulheres, aos seus direitos, têm cada vez mais importância e resposta política. É um movimento lento, é certo, mas de grande impacto simbólico.

Falemos agora da relação entre partidos políticos e a democracia. Por um lado, temos a ideia de que os partidos são essenciais ao funcionamento da democracia. Eles organizam as ideologias, agregam as correntes... Por outro lado, há a chamada crise de representação, com o declínio da identificação dos eleitores com os partidos, o esbatimento das ideologias, o crescimento dos populismos. Nas pesquisas do V-Dem há dados intrigantes. Um deles aponta para a relativa pouca importância dos partidos para a democracia, em contraste com a participação cívica. Outros estudos concluem pela importância dos partidos no desenvolvimento económico.

Quando há um sistema com partidos robustos, o desenvolvimento económico tem maior facilidade de desenvolvimento. Isso prende-se com o argumento das eleições livres, que já abordámos. Num sistema com partidos fracos, ou partidos que aparecem e desaparecem, o ambiente não

é propício ao desenvolvimento económico.

As pesquisas do V-Dem trazem-nos também dados bem interessantes sobre a corrupção. Quer falar um pouco sobre esse aspecto?

No V-Dem abordamos a corrupção em seis esferas. Os nossos estudos baseiam-se em dados do Banco Mundial e da Transparency International, desde 1996, e a corrupção não muda muito rapidamente. Na maior parte dos países, o que se faz em 2016 é muito similar ao que se fazia em 1996. Há apenas pequenas variações, na maior parte dos casos. Actualmente, estamos a estudar a corrupção num ciclo mais vasto, desde o início do século XX. Do que já estudámos, há algumas grandes conclusões. A principal é que há hoje muito mais corrupção do que há 50 anos e muito mais ainda do que há 100 anos. Porquê? Porque à escala global, a sociedade monetarizou-se em grande escala. Lidamos muito mais com dinheiro e o dinheiro é um excelente veículo para a corrupção. É muito mais fácil corromper com dinheiro do que com, por exemplo, melões, ou porcos, ou galinhas... E agora, na era digital, é ainda mais fácil, porque podemos digitalizar o dinheiro, já não é preciso levar a mala cheia de dinheiro, basta escrever uns números no computador. Este foi um tema para o qual os países e as organizações acordaram há década e meia, criando comités e organismos anticorrupção. E foi aí que assistimos à primeira quebra

do número de casos de corrupção, porque até aí tinha vindo sempre a crescer. É um decréscimo lento, mas é um decréscimo e isso são boas notícias. Há um período particular em que a corrupção aumentou, coincidindo com aquilo a que chamamos a terceira democratização, com a transição de Portugal, em 1974. A partir dessa altura, a corrupção aumentou nos países democráticos. Isso deve-se, especialmente, ao aumento da competição pelo poder. De repente, há milhares de pessoas, em todos esses países, que ganham poder político e que passam a ser alvo das tentativas de influência das empresas. Ou seja, surgem mais oportunidades para a corrupção. Os estudos que fizemos focados nesse período demonstram que, quanto mais democracia existe, mais se assiste também à compra de votos. Nas ditaduras, com os militares à disposição, não é preciso comprar votos... Quando a democracia se implanta, se estabiliza, com o tempo, essa compra de votos começa a decair.

De um ponto de vista teórico, há a tendência para encarar o controlo da corrupção a partir de dois pontos de vista: através do reforço das entidades judiciais e especializadas no combate à corrupção; ou acreditar que a evolução da própria cultura política resolve o problema, através, por exemplo, de uma actividade parlamentar mais forte.

Quando um parlamento tem, não apenas as prerrogativas

constitucionais, mas também a vontade e os meios para controlar o poder executivo, esse parlamento pode ser um bom instrumento de controlo da corrupção. Esse poder de controlo sobre o poder executivo pode mesmo ser mais eficaz do que o poder judicial, visto que os políticos têm mais receio do controlo feito por políticos do que pelo poder judicial. É fácil acreditar que se um poder executivo tiver acesso a muitos meios e estiver envolvido em actividades corruptas, ele pode pelo menos tentar comprar o poder judicial. Mas comprar os opositores políticos, instalados no poder legislativo (parlamento), não vai ser assim tão fácil. Porque o que eles querem é o poder que o executivo tem e, por isso, não vão aceitar ser subornados. Tipicamente, as pessoas que estão no poder judicial não têm qualquer interesse em transitar para o executivo.

O que tem o V-Dem a dizer quanto ao tema do relacionamento entre os media e democracia?

Não é uma área em que tenhamos muitas certezas científicas. Os media podem ser encarados como fonte alternativa de informação, nomeadamente acerca da actividade política, de forma a que o poder político não possa ter controlo sobre a informação a que as pessoas acedem. Se os governos tiverem grande poder de controlo sobre os fluxos de informação, isso são más notícias para a democracia. Mas há o outro lado da questão: a concentração dos media, a qual constitui um perigo real. E há ainda outro aspecto

preocupante sobre o qual sabemos muito pouco: a propriedade dos media por entidades económicas (empresas, etc.), que visam o lucro. E como se gera lucro nos media? Noticiando o que mais ninguém usa. Isso conduz os media aos extremos, ao mais espectacular. Uma informação ou uma análise consensual não é atractiva para fazer crescer audiências e lucros. O perigo dos media vem, pois, da concentração, mas igualmente da marketização e da monetarização da informação.

Os dados do V-Dem também permitem fazer comparações regionais. A América Latina face a África, etc... É possível identificar tendências ou padrões de democratização por regiões?

Há processos de democratização muito homogéneos, em que a democratização foi iniciada por uma abertura às liberdades civis. Em que as eleições livres e multipartidárias são o resultado de uma processo de abertura. Isso foi o que se passou, por exemplo, na América Latina. Aí, a realização de eleições simboliza o início da democracia. Já em África, na Europa de Leste, em alguns países da Ásia, havia eleições multipartidárias, mas não havia propriamente democracia. São sistemas autoritários, em que o ditador permite a alguns partidos concorrerem, mas em que ele garante o controlo da situação e

não perde o poder. Nesses países, as liberdades civis encontram-se ainda muito limitadas. Os partidos da oposição usam, então, as eleições como uma oportunidade para alargar as liberdades civis. Em muitos casos, são necessários vários actos eleitorais, duas décadas, para que tenhamos algo de parecido com a democracia.

Um dos principais contributos do V-Dem é a conceptualização da democracia, a noção de que a democracia é variada, com várias componentes, que podem mesmo ser contraditórias. Identificaram mesmo vários tipos de democracia (eleitoral, liberal, maioritária, participativa, igualitária, deliberativa).

Pode haver mais ou menos democracia e há vários tipos de democracia. Parlamentar, presidencial, etc... O conceito do V-Dem é diferente: encaramos a democracia como várias camadas de um espectro. Pode haver uma democracia ténue, perto do zero, e uma democracia quase perfeita – embora esta não exista. Se analisarmos os dados recolhidos pelo V-Dem, não há uma única democracia que tenha atingido os indicadores da democracia perfeita. Por exemplo, o relacionamento dos partidos com os eleitores pode sempre melhorar, a paisagem mediática pode ser melhor, mesmo em países com grandes tradições democráticas, como o meu, a Suécia. E depois há as variedades de democracia.

A base de tudo é a democracia eleitoral, qualquer democracia precisa de ser representativa, não é possível ter toda a gente a participar em todas as decisões, o tempo todo. Mas isso não chega. As eleições podem conduzir a uma ditadura das maiorias, em que as maiorias impõem a sua vontade sobre as minorias, ou seja, a tirania das maiorias, muito recedadas, por exemplo, nos Estados Unidos. Temos que ter, então, um poder judicial forte, que funcione com contrapeso, por exemplo, na defesa das liberdades. O sistema eleitoral multipartidário apresenta ainda outra fragilidade: a multiplicação de partidos e a fragmentação, a descontinuidade, da governação ao longo do tempo. Por isso, países como o Reino Unido criaram sistemas parlamentares que favorecem o bipartidarismo e a formação de governos maioritários, que podem governar estavelmente por longos períodos. Mas, para que os cidadãos tenham o mesmo peso no sistema, países como a Suécia apostam no igualitarismo. Ou seja, na criação de condições socioeconómicas que acentuem a igualdade entre todos. Essa é uma forma de melhorar a democracia, porque os mais ricos tendem a exercer de forma mais assídua o seu direito de voto e, dessa forma, fazer valer as suas posições. Ou seja, há uma ideia generalizada de que a democracia eleitoral é uma boa ideia, mas não é suficiente. E vários países mitigaram essa deficiência de forma diferente.

Mais qualidade e diversidade

TIAGO FERNANDES

Numa democracia, informação rigorosa e diversa sobre a sociedade é fundamental para a elaboração de políticas públicas, em particular aquelas dirigidas ao aprofundamento da qualidade das próprias instituições democráticas. O projecto variedades da democracia (V-Dem) constitui um progresso no sentido de um melhor conhecimento sobre a prática da democracia, face aos actuais índices e medições. Em primeiro lugar, considera uma diversidade de concepções de democracia. A democracia não se limita apenas a eleições livres, universais e justas, liberdades cívicas e direitos de oposição e informação (as dimensões privilegiadas na maior parte dos estudos existentes), mas abarca também processos políticos como a qualidade do debate público, formas de deliberação colectiva, participação cívica, o uso de instrumentos de democracia directa (ex: referendos) ou o acesso igualitário a bens colectivos (ex: educação, segurança social).

Mais ainda, esta diversidade de concepções traduz-se na criação de cerca de 300 indicadores institucionais e organizacionais, o que é uma quantidade vastamente superior a qualquer índice existente e que inclui tanto aspectos formais das instituições políticas como as suas dinâmicas informais – o que frequentemente era ignorado. Finalmente, com estes dados é também possível construir séries temporais desde o ano de 1900 e para todos os países do mundo. Isto é muito importante, pois é raro haver informação fidedigna e com critérios uniformes sobre períodos temporais longos. Temos assim um contributo tanto para interpretações históricas mais consistentes como para uma base mais informada de possíveis decisões e reformas políticas.

Em termos de políticas públicas os dados V-Dem podem ser fundamentais em duas áreas. Uma, que cabe na arena da política externa, é a ajuda e o impulso à democratização de regimes autoritários. Uma das conclusões recentes do projecto V-Dem é que o apoio por estados democráticos a organizações da sociedade civil que lutam pela democracia em regimes não democráticos tem sempre que ter em consideração as organizações de mulheres. O apoio a organizações de sociedade civil ou apolíticas (ONG) ou a movimentos sindicais não é suficiente, já que neste tipo de sociedades uma democratização bem sucedida implica também erodir estruturas sociais de dominação e de desigualdade, o que pressupõe a promoção da igualdade de género.

Outra área é a melhoria e aperfeiçoamento institucional em democracias já consolidadas. Prioridades como o aumento da participação dos cidadãos ou o combate à corrupção têm sido debatidas numa perspectiva de curto prazo, que leva frequentemente à multiplicação infrutífera de agências estatais e leis ou à eterna discussão sobre a reforma do sistema eleitoral. Mas aquilo que mostram os dados V-Dem é que “bons” resultados democráticos, como a diminuição da corrupção, foram antes o resultado não previsto de outras dinâmicas políticas, como por exemplo uma sociedade civil desenvolvida ou um Parlamento forte e não necessariamente o resultado de leis rigorosas sobre os políticos. Os políticos serão muito menos corruptos se em geral o escrutínio parlamentar sobre o executivo, assim como da sociedade civil e da opinião pública, for maior.